

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - PR

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	389174-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - PR	ANA KEILA FERREIRA DA SILVA	30/04/2026 18:05 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		26.14.000002449-7

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 09 (nove) veículos automotores novos (zero quilômetro), tipo SUV ou Crossover (admitido perfil cupê), ano de fabricação e modelo igual ou superior a 2025, para atender às atividades de fiscalização e transporte do CRM-PR, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo.

QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS				
ITEM / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 01: VEÍCULO TIPO SUV OU CROSSOVER (ADMITIDO PERFIL CUPÊ) – ZERO KM – HÍBRIDO 1. Veículo automotor tipo SUV ou Crossover (admitido perfil cupê), zero quilômetro, ano de fabricação e modelo igual ou superior a 2025, nas cores branca, prata ou preta. 2. Motorização com potência mínima de 122 cv, abastecida por gasolina, etanol ou flex, obrigatoriamente associada a sistema de propulsão eletrificada do tipo híbrido leve (MHEV - Mild Hybrid Electric Vehicle) ou tecnologia híbrida superior (HEV ou PHEV), com sistema de injeção eletrônica. 3. Transmissão automática, automatizada ou continuamente variável (CVT), com mínimo de 06 marchas simuladas ou reais. 4. Tanque de combustível com capacidade mínima de 36 litros ou autonomia mínima de 500km para versões híbridas. 5. Capacidade de carga útil mínima de 400 kg (considerando ocupantes e bagagem).				

Este documento foi assinado eletronicamente pelo(a) Assinante(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicId=d00a958c-f2fb-4220-b76a-b941606db02a>

<ol style="list-style-type: none"> 6. Porta-malas com capacidade mínima de 407 litros (padrão VDA ou equivalente), permitindo ampliação mediante rebatimento dos bancos traseiros. 7. Dimensões mínimas (mm): a) Comprimento total ≥ 4.300; b) Largura total (sem espelhos) ≥ 1.760; c) Altura total ≥ 1.540 ; d) Distância entre eixos ≥ 2.530. 8. 05 portas, cap. mín. para 05 passageiros adultos. 9. Sistema de direção elétrica ou eletroassistida progressiva. 10. Ar-condicionado automático ou digital com controle eletrônico. 11. Volante multifuncional com regulagem mínima de altura. 12. Apoio de braço central dianteiro para o motorista. 13. Sistema eletrônico de partida a frio, dispensando reservatórios auxiliar, quando aplicável. 14. Travas elétricas nas portas e compartimento de bagagens com comando remoto. 15. Assento do motorista com regulagem de altura; bancos traseiros bipartidos e rebatíveis. 16. Apoios de cabeça para todos os ocupantes, conforme legislação vigente. 17. Sistema de comando remoto ou presencial (Keyless) para travamento e partida. 18. Sistema eletrônico de controle de estabilidade (ESC) e tração (ASR). 19. Desembaçador do vidro traseiro. 20. Vidros elétricos nas portas com função de fechamento/abertura por comando. 21. Mínimo de 04 airbags (frontais e laterais ou de cortina). 22. Sistema de freios ABS com EBD (distribuição eletrônica de frenagem) e assistência de emergência (BAS). 23. Porta-copos e compartimentos internos para conveniência. 24. Sistema antifurto perimétrico ou imobilizador eletrônico de fábrica. 25. Rodas mínimo aro 16", em liga leve ou aço com calotas. 26. Central multimídia com tela sensível ao toque mínima de 8", compatível com Android Auto e Apple CarPlay, com entradas USB. 27. Retrovisores externos com ajuste elétrico. 28. Acabamento interno compatível com veículos do segmento SUV/Crossover médio. 29. Para-choques pintados na cor predominante do veículo. 30. Fornecimento de jogo de tapetes internos. 31. Iluminação interna dianteira com luzes de leitura. 32. Faróis de neblina ou sistema de iluminação auxiliar equivalente (LED) e luz de freio elevada (Brake Light) 33. Sistema eletrônico de imobilização do motor (Engine Immobilizer). 34. Maçanetas e retrovisores na cor do veículo ou acabamento de série superior. 35. Protetores solares para motorista e passageiro dianteiro com espelho de cortesia. 	<p>Unidade</p>	<p>09</p>	<p>R\$ 194.487,78</p>	<p>R\$ 1.750.390,00</p>
---	-----------------------	-----------	-----------------------	-------------------------

<p>36. Painel de instrumentos com velocímetro, conta-giros e display de informações multifuncional.</p> <p>37. Cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes.</p> <p>38. Coluna de direção com regulagem em altura.</p> <p>39. Antena integrada ao teto ou à carroceria.</p> <p>40. Câmera de ré ou sensores de estacionamento traseiros sonoros.</p> <p>41. Controle automático de velocidade (piloto automático) ou limitador de velocidade.</p> <p>42. Suspensão dianteira independente e traseira por eixo de torção, multilink ou sistema equivalente.</p> <p>43. Sistema de assistência para partida em aclives (Hill Holder).</p> <p>44. Cobertura ou tampa de proteção (retrátil ou rígida) para a bagagem.</p> <p>45. Comprovação de rede de assistência técnica autorizada e credenciada pelo fabricante em Curitiba/PR, Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, Toledo/PR e Londrina/PR ou, alternativamente, num raio máximo de 100 km (cem quilômetros) dos municípios indicados.</p> <p>CATMAT: 635496</p>				
VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA				R\$ 1.750.390,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato (ou da emissão da nota de empenho), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 03 (três) anos, sem limite de quilometragem, de forma integral.

1.6. Não serão aceitos veículos com cores diversas das estabelecidas neste Termo de Referência, nem com cores divergentes entre si.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.2. Os veículos ofertados deverão obrigatoriamente possuir tecnologia híbrida (MHEV, HEV ou PHEV) integrada à motorização flex ou gasolina, com ano de fabricação e modelo igual ou superior a 2025, atendendo aos requisitos de eficiência energética e redução de emissões.

4.1.3. Os veículos deverão atender integralmente à legislação ambiental vigente no Brasil, incluindo os limites de emissão estabelecidos pelo PROCONVE e os limites de ruído definidos pelo CONAMA e demais normas correlatas.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos veículos é de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da emissão da emissão da Nota de Empenho ou ordem de Fornecimento.

5.1.2. Os veículos deverão ser entregues em remessa única, salvo se houver interesse e autorização expressa da Administração para entregas parciais.

5.1.3. No ato da entrega, os veículos deverão estar:

5.1.3.1. Devidamente limpos, licenciados e emplacados em nome do CRM-PR, com todas as taxas quitadas;

5.1.3.2. Entregues em perfeitas condições de uso, acompanhados da documentação obrigatória (CRLV-e ou equivalente) em nome do Contratante, aptos à circulação imediata;

5.1.3.3. Equipados com os acessórios exigidos (jogo de tapetes e película nos vidros);

5.1.3.4. Dotados de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente;

5.1.3.5. Acompanhados dos manuais do proprietário e chave reserva.

5.2. Local de Entrega

5.2.1 Os bens deverão ser entregues na Sede do Conselho Regional de Medicina - PR (CRM-PR), na Rua Victório Viezzer, 84 - Bairro Vista Alegre, Curitiba-PR, CEP 80810-340. De segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, mediante agendamento prévio de 48 horas de antecedência.

5.3. Responsabilidades da Contratada

5.3.1. A Contratada será integralmente responsável pelo transporte, descarregamento e integridade dos veículos até o recebimento definitivo.

5.3.2. Todos os custos relacionados à preparação, transporte, entrega, licenciamento, emplacamento e regularização dos veículos correrão integralmente por conta da Contratada, não sendo admitido qualquer ônus adicional à Administração.

5.3.3. Caso sejam constatadas divergências com as especificações ou danos, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

5.4. Condições de Fabricação e Padronização

5.4.1. Os veículos deverão ser novos, sem uso, e em linha de produção.

5.4.2. Deverão possuir selo de eficiência energética do INMETRO (PBE Veicular) ou equivalente.

5.4.3. Os veículos deverão ser fornecidos nas cores branca, prata ou preta, sendo obrigatório que todos os veículos entregues sejam da mesma cor.

5.4.4. Não serão aceitos veículos com cores diversas das estabelecidas neste Termo de Referência, nem com cores divergentes entre si.

5.5. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5.1. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 03 (três) anos, sem limite de quilometragem, de forma integral.

5.5.2. O prazo de garantia inicia-se no primeiro dia útil após o recebimento definitivo.

5.5.3. A garantia compreende a manutenção corretiva integral, incluindo substituição de peças originais, ajustes e reparos necessários.

5.5.4. A Contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação formal da Administração acerca da constatação de defeito, vício ou inconformidade no veículo, mediante comunicação escrita dirigida ao representante da Contratada.

5.5.5. O transporte ou guincho dos veículos, quando necessário, será de responsabilidade da Contratada.

5.5.6. A Contratada deverá apresentar relação da rede de assistência técnica autorizada, com cobertura mínima nos municípios de: Curitiba/PR; Cascavel/PR; Foz do Iguaçu/PR; Toledo/PR; Londrina/PR, ou, alternativamente, em raio máximo de 100 km (cem quilômetros) dessas localidades.

5.6. Recebimento do Objeto

5.6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive no momento do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, inclusive quanto ao descumprimento das exigências de padronização de cores, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade do veículo com as especificações técnicas, condições de uso, ausência de avarias, regularidade da documentação e atendimento às exigências deste Termo de Referência, e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.6.5. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a Contratada para emissão de documento fiscal relativo à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6.6. O prazo para solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

5.6.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela qualidade, segurança e funcionamento dos bens fornecidos, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Fiscalização

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. Fiscalização Técnica

6.6.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vista à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. Fiscalização Administrativa

6.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento das garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022)

6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.7.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, a ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8. Gestor do Contrato

6.8.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.8.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II)

6.8.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III)

6.8.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.8.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X)

6.8.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.1.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

SANÇÃO	MOTIVAÇÃO
Advertência (art. 156, § 2º).	1 - Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
	2 - Pode ser aplicada cumulativamente com multa(art. 156, § 7º).
Multa de 30%	Qualquer infração (art. 156, §3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º)	Infrações das alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g" do item 7.1. Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	Infrações das alíneas "e", "f", "g", "h" do item 7.1. Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º)

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8. Liquidação

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma de seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.3.1. o prazo de validade;

8.3.2. a data da emissão;

8.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.3.5. o valor a pagar; e

8.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

Este documento foi assinado eletronicamente pelo(s) Sig. Catarina S. da Costa. Para validar as assinaturas acesse <https://sdocs.safeweb.com.br/porta/Validado?publicID=a00a958c-f2fb-4220-b76a-b941606db02a>

8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.11. Prazo de pagamento

8.12. Forma de pagamento

8.12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.12.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.12.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.3. Habilitação jurídica

9.3.1. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.3.6. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorrerá ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável para a aquisição de 09 (nove) veículos, é de R\$ 1.750.390,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil, trezentos e noventa reais).

10.2. O valor unitário de referência é de R\$ 194.487,78 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), obtido através da média aritmética das cotações de mercado que compõem o Mapa Comparativo de Preços, assegurando a ampla competitividade e a compatibilidade com os requisitos técnicos de motorização híbrida e ano/modelo igual ou superior a 2025.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 389174

II) Centro de Custo: 21.01.01

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não se aplica

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (NOME EMPRESARIAL E CNPJ) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Curitiba, de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



TIAGO FLORENCIO MENDES

Equipe de apoio

Este documento foi assinado eletronicamente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=d00a958c-f2fb-4220-b76a-b941606db02a>

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=d00a958c-f2fb-4220-b76a-b941606db02a>

Chave de acesso: d00a958c-f2fb-4220-b76a-b941606db02a



Hash do documento

69b59948d11df1aead6b4808d3962a90853b5193a92a94270a2816e812958b19

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 06-05-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):

TIAGO FLORENCIO MENDES - 059.245.639-01 em 06/05/2026 14:12:30
UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por e-mail: tiago.mendes@crmpr.org.br

Geolocalização: Latitude: -25.416830982712327 Longitude: -49.29304835450163

IP: 177.220.135.130

